

URBANIDADE CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Inaiá Carvalho

INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas do capitalismo, associadas à sua globalização, têm afetado intensamente a organização do espaço e as condições de vida das cidades. Como diversos autores têm assinalado, o desenvolvimento espetacular de técnicas que comprimem o tempo e quase eliminam a distância, a crescente financeirização da riqueza e outras características atuais da expansão capitalista, nos marcos da denominada “produção flexível”, viabilizaram a constituição de um espaço mundial de acumulação (Santos, 1999; Veltz, 1996; Alonso, 2000; Mattos, 2004). As cidades, pólos e regiões transformaram-se em pontos e nós dos fluxos de uma rede imensa e articulada, que se superpõe às fronteiras entre diversos países, transformando-os em espaços nacionais da economia internacional, onde grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho.

Esse processo produziu, igualmente, um movimento de diferenciação e homogeneização que

torna o território mais homogêneo em grande escala e fracionado em pequena escala, o que gera uma nova hierarquia entre os diversos territórios e cidades e a integração de certas áreas e segmentos da população aos novos fluxos dinâmicos. De modo paralelo, observa-se a exclusão e a marginalização de outros, inclusive porque as articulações entre os diversos pontos e nós do sistema global tendem a se tornar mais relevantes para o seu desenvolvimento do que as antigas relações com suas periferias regionais ou nacionais.

Além disso, a configuração de uma nova arquitetura produtiva – que supõe a dispersão e a articulação desses nós em um número crescente de lugares, e cujas principais atividades requerem a existência de um múltiplo conjunto de centralidades para manejar e materializar o seu desenvolvimento em escala planetária – vem contribuindo para revitalizar o papel e o crescimento das grandes aglomerações metropolitanas. Em diferentes escalas, as metrópoles modernas transformam-se em sítios estratégicos para as operações econômicas globais dos seus países (deixando de ser sistemas autocentrados), concentrando as fun-

ções de mando, as atividades financeiras, os serviços especializados e a produção imobiliária (Sassen, 1991).

Mas as transformações contemporâneas do capitalismo não têm apenas efeitos espaciais; elas estão associadas a um conjunto de medidas orientadas para resgatar a taxa de lucro, assegurar a competitividade das empresas, em um processo de competição exacerbado e mundializado e viabilizar a dinâmica globalizada do processo de acumulação. Essas medidas têm envolvido a redução das funções e intervenções reguladoras do Estado, uma enorme ênfase nos mecanismos de mercado e o enfraquecimento ou a desconstrução de articulações virtuosas entre o mercado, a democracia e a cidadania social que marcaram a sociedade salarial e o fordismo. Para ajustar o trabalhador aos novos requisitos e demandas da produção flexível e do capitalismo globalizado, vem ocorrendo uma profunda reestruturação do mundo do trabalho e da própria vida social (Harvey, 1993; Castel, 1995; Alonso, 2000; Salazar, 2004). Isso tem levado a um processo de desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, com a descoletivização, individualização e precarização dos contratos, a redução dos direitos, a expansão da sub-contratação, da ocupação em tempo parcial ou intermitente e de outras formas “atípicas” de emprego, associadas a um grande crescimento do desemprego, o que enfraquece identidades e solidariedades tradicionais e homogêneas de classe e restringe o poder de reivindicação e representação dos trabalhadores.

Tendências à desindustrialização, à erosão do contrato salarial, à redução das oportunidades de trabalho e remuneração e à restrição de políticas redistributivas e sociais têm levado, até mesmo a cidades e metrópoles dos países centrais, condições ocupacionais antes típicas da periferia e atribuídas ao seu atraso, com a emergência do que vem sendo denominado como uma “*underclass*” ou uma “marginalidade avançada” (Wacquant, 2001).

Concentrando o poder, os artefatos tecnológicos e urbanos e os fluxos dinâmicos da

nova economia, assim como classes afluentes que consomem bens, serviços, valores e modas de forma voraz e infatigável, ao lado daqueles a quem é negado o essencial, as cidades vêm se tornando cada vez mais diferenciadas, desiguais e segmentadas. A crise dos arranjos – que anteriormente garantia certo equilíbrio, o crescimento e a consciência das desigualdades e da exclusão – e uma superposição de carências têm levado a uma degradação dos padrões de sociabilidade, a um aumento da conflitividade e da violência. Com o desmanche de mecanismos que regulavam anteriormente sua distribuição no tempo e no espaço e a mescla da violência real com a sua representação na mídia e no imaginário coletivo, constituiu-se uma cultura de medo generalizado, que se transformou num dos princípios organizadores das cidades contemporâneas (Amendola, 2000).

Sob a influência dessa cultura, a segurança vem deixando de ser vista como um direito público indivisível e passa a ser considerada como privilégio dos indivíduos ou grupos que podem pagar por ela. Ocorre uma negação da atmosfera das ruas e um esvaziamento dos espaços públicos destinados a uma pluralidade de usuários, marcados pela variedade humana e pelo imprevisto, e a sua substituição por um sistema de espaços seletivos e privativos, protegidos por barreiras materiais e simbólicas, onde as camadas de maior renda se refugiam e o “*flaneur*” consumidor espera circular com segurança. Esses espaços terminam por constituir uma espécie de “cidade” mais restrita e homogênea, deslocalizada e fortificada dentro da cidade mais ampla, que é considerada como inóspita e hostil e como território da pobreza, da criminalidade e da degradação.

Fenômenos dessa ordem vêm se mostrando particularmente acentuados nos países latino-americanos, onde a rapidez do processo de urbanização, a incapacidade de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população, a fraca capacidade de regulação e de redistribuição do Estado e os interesses do capital imobiliário levaram historicamente à formação de cidades extremamente desiguais e in-

justas. Cidades onde tradicionalmente as camadas altas e médias concentravam-se em bairros centrais, com uma disponibilidade de infra-estrutura e serviços, enquanto os trabalhadores tinham que enfrentar a questão da habitação através da autoconstrução de moradias precárias, em periferias distantes e desprovidas tanto de equipamentos como de serviços básicos.

Durante certo período, em alguns desses países, é verdade que o avanço da industrialização substitutiva de importações e as taxas de crescimento econômico deram às metrópoles e a alguns outros centros urbanos uma dinâmica mais inclusiva. Contudo, com o esgotamento daquele processo e do padrão desenvolvimentista, um forte endividamento externo, um agravamento da crise econômica e uma intensa aceleração do processo inflacionário, os caminhos desses países terminaram sendo reorientados, com a implementação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais. Elas envolveram um processo de estabilização e de abertura econômica, a implementação de um amplo programa de privatizações, uma ênfase nos mecanismos de mercado e uma profunda redefinição do papel do Estado, não apenas em termos do seu protagonismo econômico e de suas funções reguladoras, como, também, de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais.

O ajuste e a reestruturação produtiva, associados a uma inserção passiva e subordinada à economia global, vêm tendo um impacto bastante adverso sobre as estruturas social e urbana: numerosos postos de trabalho foram destruídos, notadamente no setor industrial, ampliando-se o tradicional excedente de mão-de-obra e intensificando-se a seletividade patronal e as dificuldades de acesso às oportunidades disponíveis. Houve um significativo crescimento do desemprego, uma precarização das relações de trabalho e uma queda dos rendimentos dos que permanecem ocupados, o que afeta particularmente as cidades, onde se concentra, há algumas décadas, a grande maioria da população.

Particularmente nas metrópoles mais dinâmicas dos países em apreço, ampliam-se os problemas ocupacionais, a vulnerabilidade social e a pobreza, a carência de habitação, infra-estrutura e serviços urbanos, a conflitividade, a anomia e a violência. Persiste e se consolida uma estrutura urbana segregada, fragmentada e polarizada (onde a estratificação social tem uma clara leitura espacial), com a difusão da cultura do medo, a constituição de novos padrões de consumo e de sociabilidade, a degradação ou abandono de espaços públicos tradicionais e a fuga das classes médias e altas para espaços fechados e blindados, associados à edificação de artefatos urbanos como *shoppings centers*, edifícios “inteligentes”, parques temáticos, complexos de lazer e hotéis de luxo e super luxo, para aqueles que podem consumir na cidade. Paralelamente, os contornos de pobreza se tornam cada vez mais definidos e cristalizados em zonas decadentes das áreas centrais, favelas, loteamentos periféricos e localidades do segundo cinturão, onde se aglomera uma população numerosa e densa, acossada por várias ordens de carências e pela desestruturação de padrões de referência e sociabilidade tradicionais.

Este dossiê apresenta trabalhos de cinco pesquisadores latino-americanos sobre essas questões. No primeiro deles, considerando o impacto da globalização sobre as estruturas metropolitanas, Danilo Veiga discute as formulações relativas às mudanças em curso nesses territórios e a sua polarização, baseando-se em uma pesquisa sobre a Região Metropolitana de Montevidéu, e analisando como a fragmentação, a segregação e a exclusão social vêm se articulando nos últimos anos, produzindo um crescimento da distância e das desigualdades sociais.

No segundo, Emílio Duhau analisa os principais conceitos, argumentos, procedimentos e evidências a partir dos quais vêm se interpretando, nos últimos anos, as novas formas de segregação e auto-segregação urbana nas metrópoles latino-americanas, detendo-se no caso da cidade do México. A partir das múltiplas tendências observadas em diversas dessas cidades, discute até que

ponto as mudanças observadas representam uma continuidade ou uma ruptura dos padrões dominantes na etapa desenvolvimentista.

O artigo de Maria de Lourdes Fonseca refere-se à emergência e às características de novos espaços públicos de convivência e urbanidade e aos seus usos segundo as classes sociais, na contemporaneidade. Efetuando uma pesquisa sobre Uberlândia, (cidade de porte médio do interior do estado de Minas Gerais), a autora evidencia como a proliferação de *shoppings centers* e outros espaços públicos fechados e seletivos expressam uma cultura e um padrão de interação e sociabilidade urbanas que exacerbam e radicalizam a diferenciação social, a segregação física e simbólica e o isolamento entre os diversos grupos, reduzindo a amplitude dos encontros e debilitando a cidade real.

A seguir, Susana Murillo analisa as mutações da urbanidade na trajetória de Buenos Aires, com a transformação das práticas discursivas e de gestão do espaço urbano paralelamente aos modos de perceber, habitar, circular e utilizar a cidade. Para a autora, a mudança de um pacto social no qual a inclusão e a igualdade representavam elementos centrais, assumindo-se a desigualdade e a vulnerabilidade como parte inevitável da ordem

geral, transformou a cidade em um espaço de gestão da morte, representada pela carência de trabalho, direitos e laços de sociabilidade, associados a uma sensação de insegurança, medo e isolamento e a um processo de guetificação social.

Contudo, a cidade dos riscos, do medo e da violência também se constitui em espaço onde pulsa a vida, como o ensaio de Ana Clara Ribeiro procura ressaltar. Embora reconheça suas determinações mais amplas, a autora assinala como as transformações e a crise das sociedades contemporâneas, com os descaminhos da modernidade, vêm exigindo o retorno das ciências sociais a certos temas clássicos, como modo de vida, sociabilidade e tecido social, valorizando o lugar e o cotidiano e dando ênfase aos vínculos e às resistências sociais. Nesse sentido, o texto apresenta considerações teóricas e metodológicas sobre a sociabilidade e a crise urbana como crise de urbanidade.

Abordando questões relevantes, com uma perspectiva plural e complementar, os textos que compõem o presente dossiê representam uma contribuição significativa não apenas para uma melhor compreensão do panorama atual das nossas cidades, mas também para a busca de caminhos mais justos e democráticos para construir o seu futuro.

(Recebido para publicação em dezembro de 2005)
(Aceito em dezembro de 2005)